

SÍNTESE

Reunião de Conselho Geral

Data - 21 julho 26

Ata nº 6

Ano letivo
2025 - 2026



Ordem de trabalhos

Da ordem de trabalhos constaram os seguintes pontos:

- **Ponto um** – Balanço do ano escolar 2025/2026.
- **Ponto dois** – Aprovação do Relatório Final de Execução do PAA 2025/2026.
- **Ponto três** – Resultados do Relatório de Inquirição do PAM 2025/2026.
- **Ponto quatro** – Aprovação do PEE.
- **Ponto cinco** – Pronúncia sobre o Documento de Organização do Ano Letivo 2026/2027.
- **Ponto seis** – Aprovação do período de férias do Diretor.
- **Ponto sete** – Informações.
- **Ponto oito** – ADD do Diretor – Critérios de avaliação para 2026/2027.

Participaram, na qualidade de convidados, os coordenadores do PAA (Plano Anual de Atividades) e do PEE (Projeto Educativo de Escola), os representantes da EAA (Equipa de Autoavaliação da Escola) e da CAAI (Comissão de Acompanhamento dos Alunos Internacionais), bem como o mediador linguístico, que apresentaram os relatórios das áreas pelas quais são responsáveis.

Deliberações

Procedeu-se à apreciação do Relatório-Síntese dos Questionários de Monitorização e Avaliação do ano letivo 2025/2026, que foi considerado um bom instrumento de análise do trabalho desenvolvido.

Foi felicitado o trabalho desenvolvido pela equipa da CAAI e manifestada preocupação relativamente à resistência de alguns pais e encarregados de educação em aceitar o percurso curricular proposto pela escola para os alunos estrangeiros. Este percurso prevê o desdobramento do currículo por dois anos letivos e uma maior carga horária de Português Língua Não Materna (PLNM), sendo considerado pelas famílias um fator desmotivador, o que dificulta a sua aceitação.

Foi ainda proposto que a escola reportasse esta condicionante às instâncias competentes, com vista a uma reflexão sobre os limites do poder de decisão das famílias relativamente a percursos escolares específicos.

Foi sugerido o visionamento de dois filmes realizados pelos alunos internacionais, no âmbito das atividades desenvolvidas na escola, bem como a sua divulgação na página web da escola.

Votações

Relativamente ao **ponto dois**, após apreciação do Relatório Final do Plano Anual de Atividades 2025/2026, **o documento foi aprovado por unanimidade.**

No âmbito do **ponto quatro**, após apresentação e análise da proposta do PEE 2026/2029, **o documento foi aprovado por unanimidade.**

No **ponto cinco**, o Documento de Organização do Ano Letivo 2026/2027, elaborado com base na legislação em vigor e no estabelecido no Regulamento Interno da Escola, e que define, entre outros aspetos, os critérios gerais para a distribuição do serviço docente e para a elaboração dos horários dos docentes e dos alunos, obteve **pronúncia favorável por unanimidade**.

Relativamente ao **ponto seis**, referente ao período de férias do Diretor, foi informado que, não tendo, neste momento, condições para prever a data em que poderá gozar férias, pretende usufruir do seu período de férias durante uma ou duas semanas do mês de outubro, em data a articular, de modo a não prejudicar o normal funcionamento da escola. O Conselho Geral concordou com a proposta e **aprovou-a por unanimidade**.

Por fim, no **ponto oito** da ordem de trabalhos, e já sem a presença do Diretor, foi apresentada a proposta de critérios de avaliação interna do desempenho do Diretor para o período de 2026/2027, a qual, após análise, foi **aprovada por unanimidade**.

Recomendações

Foi recomendado que fosse reenviada ao representante do Município no Conselho Geral a exposição relativa ao pedido dirigido à Câmara Municipal de Lisboa, solicitando o condicionamento do estacionamento junto à nova entrada da escola.

Este pedido contempla a criação de um lugar reservado para a carrinha de transporte de alunos com deficiência visual, bem como a instalação de barreiras de proteção (ferros de contenção).

Agradecimentos

A Representante dos Encarregados de Educação endereçou um voto de agradecimento a todos os docentes que integraram a equipa responsável por assegurar o envio sistemático das provas a todos os alunos, independentemente de estas terem sido previamente solicitadas.

Esta iniciativa garantiu que todos pudessem exercer o seu direito de requerer a reapreciação das provas dentro dos prazos legais. Foram destacados o esforço e a celeridade demonstrados na resolução das situações anómalas que surgiram durante o período de afixação das pautas.

A secretária



(Paula Pires)